APRESENTAÇÃO

Este dossiê tem sua origem em um encontro intitulado Memória, Arte e Educação em Direitos Humanos, ocorrido em 2014 no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), por iniciativa do IEA e da cátedra Unesco de Educação para Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância. O evento foi coordenado pela professora Rossana Rocha Reis, docente da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) e do Instituto de Relações Internacionais (IRI-USP) e membro do conselho da cátedra Unesco mencionada.

Os textos aqui reunidos trazem reflexões sobre obras literárias e de artes visuais em sua relação com a realidade brasileira e hispano-americana. São obras que, de modo característico, apresentam em suas tramas elaborações de situações históricas marcadas pela violência, pela marginalização, pela censura, por um Estado que muitas vezes se tornou ele mesmo terrorista. Os artistas tratados produziram tanto durante situações de suspensão explícita do Estado de direito e de práticas de violações dos direitos humanos, ocorridas dentro de programas de dominação de grupos econômicos e de poder, como também vivendo situações pós-ditatoriais, quando a negociação acerca da memória se transforma em uma luta ao mesmo tempo subjetiva e política.

As constantes violações dos direitos humanos tampouco cederam imediatamente com a recuperação do Estado de direito e o fim do Estado de exceção. Antes, as sociedades latino-americanas, de modo talvez mais explícito que muitas outras, trazem a exceção para o seu *modus vivendi* político dito normal. Assim, enormes discrepâncias no acesso à cidadania e aos bens de consumo são marcas dessas sociedades, bem como a violência derivada primeiramente do próprio Estado, que, para manter essa disparidade social, necessita dominar policialmente a população.

A continuidade política que marcou especificamente o processo brasileiro de transição para a democracia deixa marcas profundas na incapacidade de construção de uma memória crítica e

coletiva daquele passado. O bloqueio aos processos jurídicos e a limitação do acesso à verdade dos fatos, mesmo após o relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, são fatores a se destacar e que estão na origem de nosso verdadeiro recalçamento da representação da violência estatal durante a ditadura. Daí a necessidade de tornar visível o que aconteceu. A literatura, o cinema e as artes de modo geral cumprem um papel importante nesse trabalho de desenterrar essa violência da vala na qual foi jogada.

Nesse contexto, a inscrição da violência na literatura e nas artes visuais torna-se um ato explicitamente político de tomada de partido contra o esquecimento e também contra uma estrutura que faculta a continuidade das exclusões e da marginalização de boa parte da população. Nas últimas décadas, as artes se reinventaram, assumindo um papel novamente ativo no jogo político. Elas tornam-se dispositivos propícios a lançar na sociedade uma luz que ilumine essa violência social e as práticas cotidianas de exclusão e de esquecimento. Elas permitem tanto um olhar dentro das subjetividades, abaladas e, ao mesmo tempo, muitas vezes erigidas em espaço de fuga do mundo exterior, como também perscrutar a relação dos indivíduos com a realidade que os oprime.

As artes são práticas culturais que, filtrando o mundo pela visão dos artistas, deslocam a realidade, e é justamente através desse deslocamento que elas possibilitam que “agarremos” o real. Sem promessas de redenção ou muito menos de representação “fiel” dos fatos, as artes se tornaram performances, ações que incidem diretamente em nossas vidas. Elas, por exemplo, podem ajudar a demarcar os lugares de memória que são negociados nas sociedades pós-ditatoriais: lugares onde aconteceram fatos marcantes, morticínios, centros de tortura, sedes do aparato de repressão e casas onde a resistência tentou montar barricadas, bem como datas ou outras obras que se tornaram elas mesmas significativas como aglutinadoras e agenciadoras de memória. As obras são elas mesmas *loci memoriae*, tanto podem, via uma narrativa, delinear vidas que foram ceifadas, “desaparecidas”, restituir, sempre de modo precário e limitado, vidas fraturadas, como também

podem servir para despertar a sociedade para uma verdade adormecida. Nesse sentido, elas atuam como um *disparo* voltado contra o conformismo e o olvido.

Os textos deste dossiê foram divididos em dois blocos: um relacionado à literatura e o outro às artes plásticas. No primeiro bloco, os artigos de Roberto Zular, Karl Erik Schollhammer e de Paloma Vidal tratam do modo como as obras literárias por eles selecionadas se inscrevem, quer o referido “eu precário”, quer a realidade violenta, quer os jogos políticos em torno da memória no contexto da recordação do período da ditadura. Zular aborda a obra poética de Paulo Henriques Britto; Schollhammer se volta aos romances de Bernardo Kucinski e de Teixeira Coelho; e Paloma Vidal trabalha em cima de autores brasileiros e argentinos, com destaque para Bernardo Kucinski e a jovem escritora Mariana Eva Perez. Já o artigo de Ana Rüsche e Laura Mascaro relata a experiência que elas tiveram ao organizar uma oficina literária voltada para os direitos humanos. Aqui a literatura se apresenta como um poderoso meio de educação e transformação pessoal. Esses textos mostram a obra literária como um exercício simultâneo de leitura e desleitura, que permite lançar um olhar para as sombras, redefinindo valores, abalando as narrativas oficiais do “triunfo” e inserindo uma polifonia que mais tensiona do que apazigua. Daí não podermos reduzir a literatura ao seu efeito catártico, a menos que entendamos sob esse conceito, inspirados em Brecht, uma conquista de um novo patamar crítico de consciência.

O segundo bloco, voltado para as imagens, é mais alentado, o que talvez reflita o fato de vivermos hoje em uma sociedade eminentemente imagética e que demanda de nós uma análise desse fenômeno. Nesse bloco, os artigos de duas artistas, Leila Danziger (também professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ) e Fúlvia Molina, mostram projetos que constituem de modo explícito poéticas da memória as quais são também políticas da rememoração. A minha contribuição trata justamente da obra de Leila Danziger anterior às que ela aborda em seu próprio ensaio. Além disso, em um díptico, apresento, paralelamente, a

obra da artista portenha Eugenia Bekeris. Já a contribuição de Ricardo Brodsky Baudet faz ao mesmo tempo uma reflexão sobre as origens e o significado do Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, de Santiago do Chile (que ele dirige) e uma reflexão sobre projetos artísticos que essa instituição abriga. O ensaio de Moacir dos Anjos e o de Tania Rivera e Izabela Pucu se debruçam sobre curadorias específicas, respectivamente a exposição *Cães sem Plumas* e a exposição *Bandeiras* na Praça Tiradentes, com a intenção de estabelecer conceitos que permitam uma compreensão nova e profunda da produção artística brasileira voltada para essa interface política. Por fim, o artigo de Janaína Teles faz um levantamento histórico e uma reflexão sobre ícones de memória da ditadura, de 1964 a 1985: o projeto que resultou no livro *Brasil: Nunca Mais* e três locais em São Paulo: o Portal do Presídio Tiradentes, a Vala de Perus e o Memorial Mariguella.

O encontro que deu origem a esta publicação foi marcado por intensos e calorosos debates. Vale lembrar que, além dos autores deste dossiê, nele também estiveram presentes os artistas alemães Horst Hoheisel e Andreas Knitz (cujas obras são tratadas nos textos de Fúlvia Molina e de Janaína Teles); os participantes da mesa voltada ao cinema, Ismail Xavier e João Batista de Andrade; e os da mesa de encerramento, sobre dança, Marika Gidali e Cássia Navas. Por diferentes motivos, lamentavelmente, eles não puderam participar deste dossiê, mas, na medida do possível, suas contribuições foram incorporadas aos debates que reverberam aqui.

Aproveito para agradecer à Rossana Reis pela iniciativa de realizar o evento e o magnânimo convite para que eu coordenasse este dossiê. Agradeço também à generosa acolhida que recebemos durante o evento no IEA-USP e à providencial aceitação por parte do conselho editorial da revista *Lua Nova* em abrigar o presente dossiê. Fica a torcida para que o debate em pauta continue a reverberar e ajude na criação de uma cultura crítica da memória, não reificada e engessada.

Márcio Seligmann-Silva

ORGANIZADOR

*Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas
(IEL – UNICAMP), Campinas, SP – Brasil. <fm.seligmann@uol.com.br>*

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-6445007-010/96>